

Mecanismos de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres Idosas: Uma Revisão de Escopo

Renata Braz das Neves Cardoso¹ 
Universidade de Brasília (UnB) e Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP), Brasil

Leides Barroso Azevedo Moura² 
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Resumo

A presente revisão de escopo teve por objetivo mapear os mecanismos de enfrentamento à violência contra mulheres idosas, com foco nas ações desenvolvidas no âmbito da segurança pública e dos serviços intersetoriais. Adotou-se a metodologia do Instituto Joanna Briggs, com formulação da pergunta de pesquisa baseada na estratégia População, Conceito e Contexto (PCC). As buscas foram realizadas nas bases PubMed, Scopus, Web of Science, LILACS, Embase e SciELO, mediante descritores controlados e não controlados, combinados por operadores booleanos. Foram identificados 96 estudos publicados entre 2013 e 2023, nos idiomas português, inglês e espanhol. O processo de seleção seguiu as diretrizes do PRISMA-ScR, resultando na inclusão de 39 estudos elegíveis. Os resultados indicam lacunas importantes no atendimento às violências que ocorrem fora do escopo da Lei nº 11.340/2006, como negligência, abandono, institucionalização forçada e abuso patrimonial sem vínculo conjugal ou familiar direto. Verificou-se também a carência de fluxos intersetoriais consolidados, serviços especializados e mecanismos de governança baseados em evidências, o que compromete a efetividade do enfrentamento institucional. Conclui-se que a resposta estatal às violências contra mulheres idosas requer políticas públicas integradas entre segurança, saúde, justiça e assistência social, além de investimentos contínuos em formação profissional e fortalecimento da rede de proteção.

Palavras-chave: mulheres idosas, violência de gênero, políticas públicas, segurança pública, serviços intersetoriais

Mechanisms for Addressing Violence Against Older Women: A Scoping Review

Abstract

This scoping review aimed to map the mechanisms for addressing violence against older

¹ Doutoranda em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação internacional pela Universidade de Brasília, Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela Universidade de Brasília, especialista sobre o tema violência contra a mulher cometida por policial militar, e grupos reflexivos de homens autores de violência doméstica e familiar integrantes das forças de segurança pública, especialista em segurança escolar, responsável pela implantação do Programa Guardião Escolar na PMDF. Especialista em Investigação de Feminicídio pela Universidade de Brasília, Projetos (MBA) pela Fundação Getúlio Vargas, Gestão Estratégica em Segurança Pública, e Gestão em Segurança Pública, ambas pelo Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP). Graduada em Direito pelo Centro Universitário IESB, e em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar de Brasília/Instituto Superior de Ciências Policiais. Atualmente é Oficial Superior, no posto de Tenente-coronel da Polícia Militar do Distrito Federal, Chefe do Centro de Políticas de Segurança Pública da Polícia Militar do Distrito Federal. **Contato:** renatabraz22@gmail.com

² Professora Titular do Departamento de Enfermagem e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília.

women, focusing on actions developed within public security and intersectoral services. The methodology recommended by the Joanna Briggs Institute was adopted, and the research question was structured according to the Population, Concept, and Context (PCC) strategy. Searches were carried out in PubMed, Scopus, Web of Science, LILACS, Embase, and SciELO, using controlled and uncontrolled descriptors combined with Boolean operators. A total of 96 studies published between 2013 and 2023 in Portuguese, English, and Spanish were identified. The selection process followed PRISMA-ScR guidelines, resulting in the inclusion of 39 eligible studies. The findings revealed significant gaps in addressing forms of violence that fall outside the scope of Law No. 11,340/2006, such as neglect, abandonment, forced institutionalization, and financial abuse without direct conjugal or family ties. The review also highlighted the lack of consolidated intersectoral flows, specialized services, and evidence-based governance mechanisms, which compromises the institutional response. It is concluded that the state response to violence against older women requires integrated public policies involving security, health, justice, and social assistance sectors, as well as continuous investment in professional training and strengthening protection networks.

Keywords: older woman, gender-based violence, public policy, public security, intersectoral services

Mecanismos de Afrontamiento de la Violencia contra Mujeres Mayores: Una Revisión de Alcance

Resumen

La presente revisión de alcance tuvo como objetivo mapear los mecanismos de afrontamiento de la violencia contra mujeres mayores, con énfasis en las acciones desarrolladas en el ámbito de la seguridad pública y de los servicios intersectoriales. Se adoptó la metodología del Instituto Joanna Briggs, estructurando la pregunta de investigación con base en la estrategia Población, Concepto y Contexto. Las búsquedas se realizaron en PubMed, Scopus, Web of Science, LILACS, Embase y SciELO, mediante descriptores controlados y no controlados combinados con operadores booleanos. Se identificaron 96 estudios publicados entre 2013 y 2023 en portugués, inglés y español. El proceso de selección siguió las directrices PRISMA-ScR y resultó en la inclusión de 39 estudios elegibles. Los resultados mostraron lagunas importantes en la atención a formas de violencia que quedan fuera del alcance de la Ley nº 11.340/2006, como negligencia, abandono, institucionalización forzada y abuso patrimonial sin vínculo conyugal o familiar directo. También se constató la carencia de flujos intersectoriales consolidados, servicios especializados y mecanismos de gobernanza basados en evidencia. Se concluye que la respuesta estatal exige políticas públicas integradas entre seguridad, salud, justicia y asistencia social, además de inversión continua en formación profesional y fortalecimiento de la red de protección.

Palabras clave: mujeres mayores, violencia de género, políticas públicas, seguridad pública, servicios intersectoriales

Introdução

A violência contra mulheres idosas constitui um problema relevante para a segurança pública e para as políticas de proteção social, pois se insere na intersecção entre gênero,

envelhecimento e vulnerabilidades acumuladas ao longo do curso de vida. Embora o ordenamento jurídico brasileiro contemple marcos de proteção à mulher e à pessoa idosa, a literatura indica que a resposta institucional permanece mais estruturada para situações de violência doméstica e familiar em sentido estrito, deixando lacunas no enfrentamento de ocorrências como negligência, abandono, violência patrimonial e violência institucional (Minayo & Souza, 2013; Nunes & Oliveira, 2021; Silva & Carvalho, 2021; Sousa & Lima, 2021).

A relevância do estudo decorre, portanto, de um duplo cenário: de um lado, a persistência e a complexidade das violências vivenciadas por mulheres idosas; noutro giro, a insuficiência de mecanismos institucionais claramente estruturados para seu enfrentamento. Na revisão de escopo que fundamenta este artigo, as buscas realizadas nas bases *PubMed*, *Scopus*, *Web of Science*, *LILACS*, *Embase* e *SciELO* identificaram 96 estudos publicados entre 2013 e 2023, dos quais 39 atenderam aos critérios de elegibilidade e compuseram o *corpus* final da análise. Esses dados evidenciam a existência de produção científica relevante sobre o tema, e também a necessidade de sistematizar esse conhecimento para subsidiar respostas institucionais mais consistentes.

A literatura mostra que a violência contra mulheres idosas não se reduz à agressão física. Estudos nacionais e internacionais apontam a recorrência de violência psicológica, negligência, abandono e abuso patrimonial, frequentemente praticados por familiares, cuidadores ou pessoas próximas, em contextos marcados por dependência, isolamento social e idadismo (Miranda et al., 2019; Machado et al., 2020; Rodrigues & Almeida, 2020; Santos & Lima, 2021). Também são recorrentes, nos estudos analisados, referências à baixa articulação intersetorial, à ausência de protocolos formais de encaminhamento e à insuficiência de serviços especializados, fatores que limitam a efetividade das respostas públicas e reforçam a invisibilidade desse grupo (Silva & Diniz, 2022; Vasconcelos & Pereira, 2021; Rezende et al., 2023).

Nesse contexto, o objetivo geral deste estudo é mapear, na literatura científica, os mecanismos de enfrentamento às violências contra mulheres idosas, com ênfase nas ações desenvolvidas no âmbito da segurança pública e dos serviços intersetoriais. De modo específico, busca-se identificar os principais tipos de violência descritos nos estudos, descrever os mecanismos institucionais de enfrentamento mencionados na literatura, examinar os setores envolvidos nessas respostas e analisar as lacunas de articulação, especialização e governança apontadas pelos trabalhos incluídos na revisão.

Para os fins deste artigo, o termo “mulheres idosas” refere-se a mulheres com 60 anos ou mais, em consonância com o marco legal brasileiro. Os tipos de violência abordados no

artigo foram compreendidos a partir dos referenciais legais e conceituais aplicáveis à proteção da mulher e da pessoa idosa no ordenamento jurídico brasileiro, bem como da literatura científica especializada sobre violência de gênero e envelhecimento. Para fins de padronização terminológica, adotaram-se como referência a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) e os conceitos utilizados nos estudos analisados na revisão. Contudo, outras formas de violência frequentemente sofridas por mulheres idosas, como negligência e abandono, ainda apresentam fragilidades quanto à existência de fluxos específicos de atendimento e mecanismos sistematizados de proteção no âmbito da segurança pública. Já a expressão mecanismos de enfrentamento designa políticas, protocolos, fluxos, serviços, instrumentos e práticas institucionais voltados à prevenção, identificação, acolhimento, encaminhamento e acompanhamento das situações de violência. Essa delimitação conceitual é necessária para que o problema não seja tratado de forma genérica, mas a partir das especificidades da velhice feminina e das respostas institucionais correspondentes.

A partir dessa delimitação, a pergunta de pesquisa que orienta o estudo é a seguinte: quais mecanismos institucionais de enfrentamento às violências contra mulheres idosas têm sido descritos na literatura científica, especialmente no campo da segurança pública e dos serviços intersetoriais, e quais lacunas persistem em sua implementação? Desta forma, a partir da delimitação do problema de pesquisa, se situa o objetivo do estudo no campo da literatura analisada e explicita a questão que orienta a investigação. Na sequência, o método apresenta o percurso adotado na revisão, os resultados reunidos, organizados e os achados identificados. Na discussão há o exame dos achados à luz da literatura e de suas implicações para o enfrentamento das violências contra mulheres idosas.

Método

A presente revisão de escopo foi elaborada em conformidade com as diretrizes metodológicas do Instituto Joanna Briggs (JBI) e reportada segundo o checklist do PRISMA-ScR (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews*) (Tricco et al., 2018). Esse tipo de revisão mostrou-se adequado por permitir o mapeamento de evidências em áreas ainda pouco exploradas, como é o caso da violência contra mulheres idosas, nas interfaces entre envelhecimento, gênero e políticas públicas.

Estratégia PCC

A delimitação da questão de pesquisa seguiu a estratégia PCC, que organiza a formulação de perguntas segundo três eixos fundamentais: População, Conceito e Contexto.

Nesse caso, a população correspondeu às mulheres idosas, o conceito esteve relacionado à violência, em suas múltiplas manifestações, e o contexto foi delimitado às políticas públicas e práticas institucionais de enfrentamento. A partir dessa definição, a pergunta norteadora estabelecida foi: quais mecanismos institucionais e intersetoriais de enfrentamento à violência contra mulheres idosas têm sido descritos na literatura científica nacional e internacional?

Critérios de elegibilidade

Foram considerados elegíveis os estudos que tratassem especificamente da violência contra mulheres idosas, abordando mecanismos de enfrentamento institucionais ou intersetoriais. Foram incluídos artigos empíricos de natureza qualitativa, quantitativa ou mista, bem como revisões sistemáticas, integrativas e estudos teóricos que discutissem políticas públicas, protocolos de atendimento ou práticas de cuidado voltadas a esse grupo populacional. Foram aceitas publicações em português, inglês e espanhol, no período entre 2013 e 2023, desde que disponíveis em texto completo. Esse recorte temporal foi definido em função da consolidação de legislações recentes e da intensificação da produção científica sobre a temática na última década.

Foram excluídos documentos de natureza não científica, como editoriais, comentários, teses, dissertações, livros e capítulos, além de estudos que não apresentassem recorte de gênero compatível ou que se limitassem a fatores estritamente clínicos ou biomédicos sem conexão com políticas ou serviços de enfrentamento.

A síntese dos critérios de inclusão e exclusão adotados nesta revisão encontra-se sistematizada no Quadro 1, que apresenta de forma resumida os parâmetros utilizados para a seleção dos estudos.

Quadro 1

Critérios de inclusão e exclusão da revisão

Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão
Estudos empíricos ou teóricos sobre violência contra mulheres idosas;	Documentos não científicos (editoriais, comentários, teses, dissertações, livros e capítulos);
Abordagens qualitativas, quantitativas, mistas ou revisões;	Estudos sobre violência contra pessoas idosas sem especificar a condição de gênero;
Publicações entre 2013 e 2023, em português, inglês ou espanhol;	Estudos fora do recorte temporal ou indisponíveis na íntegra;
Abordagem sobre mecanismos de enfrentamento, fluxos intersetoriais e políticas públicas.	Trabalhos com enfoque exclusivamente clínico/biomédico, sem relação com políticas ou serviços.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Fontes de informação

A busca de evidências foi realizada em seis bases de dados reconhecidas por sua relevância nas áreas da saúde, ciências sociais, direito e políticas públicas: Web of Science, PubMed, Scopus, Embase, LILACS e SciELO. Essas bases foram selecionadas por garantir amplitude internacional e regional, além de contemplarem produções específicas da América Latina. O levantamento ocorreu entre os meses de outubro e dezembro de 2023, abrangendo publicações indexadas no período estabelecido.

Estratégia de busca

A estratégia de busca combinou descritores controlados, extraídos dos vocabulários MeSH, DeCS e Emtree, com termos livres relacionados às categorias definidas pela estratégia PCC. Os termos foram combinados por meio dos operadores booleanos *AND* e *OR*, adaptados às especificidades de cada base de dados. Como exemplo, em bases de abrangência internacional como a PubMed, utilizou-se a seguinte expressão: (“*Older women*” *OR* “*Elderly women*” *OR* “*Aging women*”) *AND* (“*Domestic violence*” *OR* “*Gender-based violence*” *OR* “*Elder abuse*”) *AND* (“*Public policy*” *OR* “*Public security*” *OR* “*Intersectoral services*”). Nas bases regionais, como LILACS e SciELO, priorizaram-se descritores em português e espanhol, tais como “mulheres idosas”, “violência doméstica”, “segurança pública” e “políticas públicas”.

Processo de seleção dos estudos

O processo de triagem e seleção ocorreu em duas etapas. Na primeira, procedeu-se à leitura de títulos, resumos e palavras-chave, aplicando-se os critérios de elegibilidade previamente definidos. Na segunda etapa, os textos completos foram analisados integralmente, de modo a confirmar sua pertinência ao objeto da revisão. Após a aplicação dessas etapas, do total de 96 estudos inicialmente identificados nas bases de dados, 39 foram incluídos na síntese final.

Esse percurso de identificação, triagem, exclusão e inclusão dos estudos está representado no Fluxograma PRISMA-ScR (Figura 1), adaptado para a presente revisão, que assegura a transparência e a reprodutibilidade do processo metodológico.

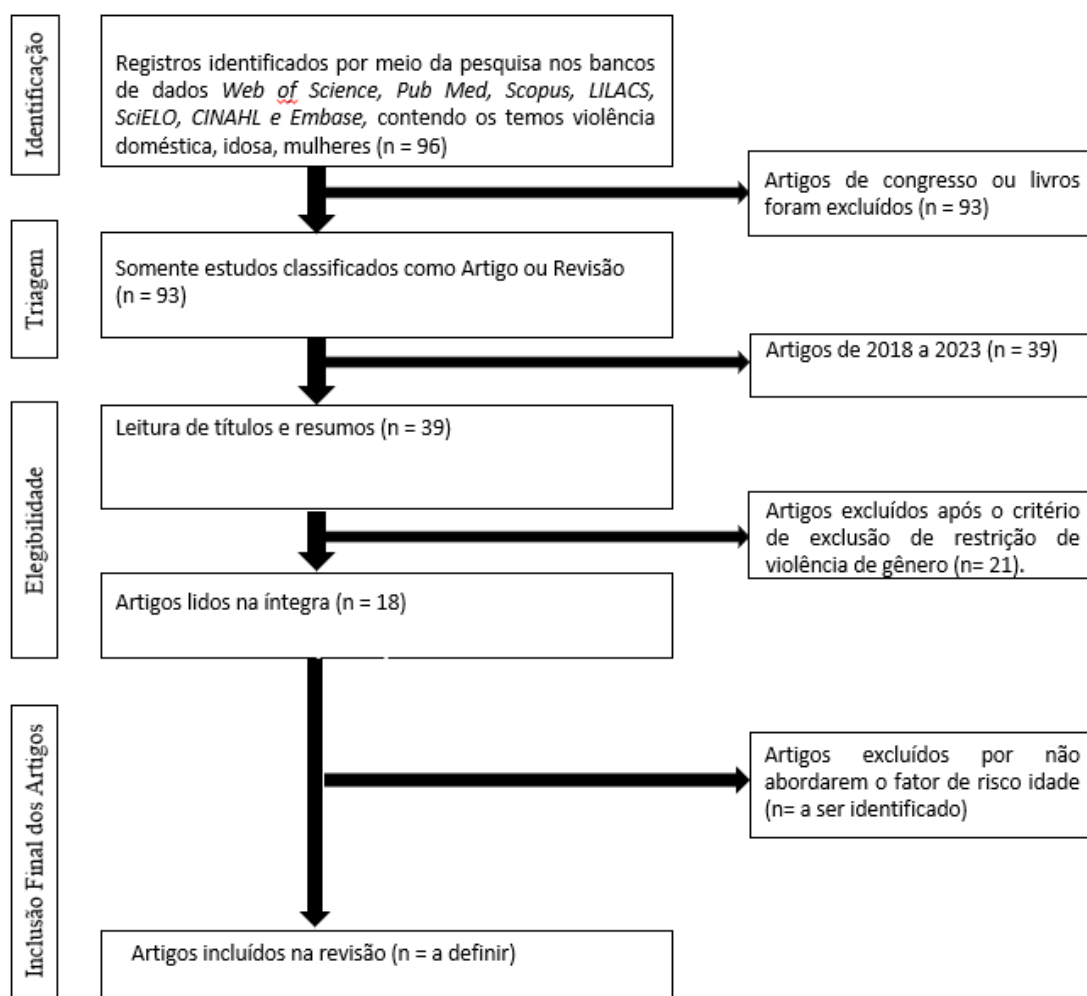
Extração e organização dos dados

A extração dos dados foi realizada por meio de planilha padronizada no Microsoft Excel, elaborada especificamente para esta revisão. Foram coletadas informações referentes a autoria, ano de publicação, país de realização, tipo de estudo, população analisada, formas de

violência abordadas, mecanismos de enfrentamento identificados e setores institucionais envolvidos. O gerenciamento das referências bibliográficas foi realizado com o software Zotero®, que permitiu a organização e a eliminação de duplicatas. Para a triagem e classificação dos estudos utilizou-se a plataforma Rayyan®, ferramenta que auxilia no processo de revisão sistemática ao permitir a análise independente de elegibilidade e a resolução de discordâncias entre revisores.

Figura 1

Fluxograma PRISMA-ScR de seleção dos estudos



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Síntese e análise dos dados

A análise dos dados foi conduzida em duas dimensões complementares. A primeira, de caráter descritivo, permitiu a caracterização dos estudos segundo sua metodologia, período de publicação, contexto geográfico e formas de violência abordadas. A segunda, de caráter temático, possibilitou a identificação e categorização dos mecanismos de enfrentamento. Esses

mecanismos foram agrupados em três grandes eixos: aqueles relacionados à segurança pública, os vinculados aos serviços intersetoriais de saúde, assistência e justiça, e as ações comunitárias ou provenientes da sociedade civil. Essa sistematização permitiu a construção de um mapa de evidências que, além de revelar padrões recorrentes e lacunas importantes, oferece subsídios para a formulação de políticas públicas mais integradas e baseadas em evidências.

Resultados

Seleção dos artigos

O processo de busca resultou na identificação de 96 estudos potencialmente relevantes. Após a remoção de duplicatas e a triagem inicial por títulos, resumos e palavras-chave, 57 estudos foram excluídos por não atenderem aos critérios de elegibilidade. Os 39 artigos restantes foram submetidos à leitura integral e incluídos no corpus final da revisão. A maior parte das publicações concentrou-se no período entre 2019 e 2023, o que revela o crescimento recente do interesse da comunidade científica pela violência contra mulheres idosas. Os resultados do processo de seleção encontram-se detalhados no fluxograma PRISMA-ScR já apresentado na Figura 1, o qual assegura transparência ao caminho percorrido para a constituição da amostra final.

Caracterização dos estudos incluídos

Os 39 estudos analisados revelaram diversidade metodológica, geográfica e temática, refletindo a complexidade do fenômeno investigado. Em relação à abordagem metodológica, observou-se que 14 trabalhos adotaram delineamento qualitativo, 11 utilizaram métodos quantitativos, seis aplicaram estratégias mistas, cinco corresponderam a revisões de literatura e três foram ensaios teóricos. A distribuição por tipo de estudo pode ser observada nos Quadros 2A, 2B e 2C, que apresentam a caracterização detalhada de cada publicação incluída na revisão.

No que se refere ao contexto geográfico, predominam pesquisas realizadas em países da América Latina, com destaque para o Brasil e o México. Também foram identificados estudos provenientes da América do Norte, sobretudo dos Estados Unidos, e da Europa Ocidental, além de contribuições relevantes de países asiáticos como Vietnã, Irã, Tailândia e Índia. Essa distribuição evidencia que, embora a violência contra mulheres idosas seja um fenômeno global, a produção científica ainda está concentrada em alguns países e regiões específicas, o que reforça a necessidade de ampliar os estudos em contextos menos representados.

As formas de violência descritas foram variadas, com ênfase na violência psicológica,

física e patrimonial. A negligência, o abandono e os abusos financeiros também surgiram com destaque, especialmente em estudos realizados em ambientes familiares. Em muitos casos, os agressores pertenciam ao círculo íntimo das vítimas, como filhos, netos e cônjuges, o que reforça a dificuldade de identificação precoce e de intervenção institucional. Além disso, verificou-se a persistência de situações de violência institucional, marcadas pela ausência de fluxos formais de atendimento, pela invisibilidade das idosas nas políticas públicas e pela dificuldade de articulação entre os serviços.

O Quadro 2A apresenta a caracterização dos quatorze estudos qualitativos incluídos na revisão, os quais exploraram, por meio de entrevistas, análises documentais e grupos focais, as percepções, experiências e estratégias de enfrentamento relatadas por mulheres idosas em diferentes contextos socioculturais. Os achados destacaram a naturalização da violência, o silêncio das vítimas e a importância das redes de apoio, ainda que frágeis e desarticuladas.

Quadro 2A

Caracterização dos estudos com abordagem qualitativa (n = 14)

Nº	Autores/Ano	País	Tipo de estudo	Violência abordada	Mecanismo de enfrentamento	Setor envolvido
1	[Hoang Dang & Rukumnuaykit, 2023]	Vietnã	Qualitativo	Familiar e patrimonial	Intervenção informal	Família e comunidade
2	[Machado et al., 2020]	Brasil	Qualitativo	Violência psicológica e negligência	Estratégias individuais	Saúde e assistência
3	[Minayo & Souza, 2013]	Brasil	Qualitativo	Institucional e abandono	Percepção das vítimas	Saúde
4	[Herman et al., 2020]	EUA	Qualitativo	Violência entre parceiro íntimo	Estratégias de enfrentamento	Rede comunitária
5	[Truc Hoang Dang et al., 2023]	Vietnã	Qualitativo	Abuso por filhos e netos	Não institucional	Familiar e comunitário
6	[Lima et al., 2022]	Brasil	Qualitativo	Violência psicológica	Estratégia de silêncio e omissão	Saúde
7	[Dantas et al., 2021]	Brasil	Qualitativo	Violência doméstica	Atendimento em UBS	Saúde
8	[Karine et al., 2020]	Brasil	Qualitativo	Abandono e negligência	Atenção básica	Saúde
9	[Yamazaki et al., 2021]	Japão	Qualitativo	Violência sexual	Desconhecimento institucional	Segurança
10	[Krause et al., 2022]	EUA	Qualitativo	Patrimonial	Análise do papel da polícia	Segurança

Nº	Autores/Ano	País	Tipo de estudo	Violência abordada	Mecanismo de enfrentamento	Setor envolvido
11	[Martins et al., 2020]	Brasil	Qualitativo	Física e institucional	Estratégia individual e rede informal	Saúde e assistência
12	[Cardoso et al., 2023]	Brasil	Qualitativo	Abuso psicológico	Experiência de vítimas em serviços	Segurança
13	[Andrade et al., 2022]	Brasil	Qualitativo	Multiviolaência	Falta de integração da rede	Saúde, assistência e segurança
14	[Rodrigues et al., 2023]	Brasil	Qualitativo	Violência institucional	Invisibilidade e silêncio	Assistência e justiça

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O Quadro 2B reúne os onze estudos quantitativos, que, por meio de delineamentos epidemiológicos e estatísticos, mensuraram prevalências, fatores associados e padrões de violência. Esses trabalhos contribuíram para identificar riscos e vulnerabilidades, além de evidenciar lacunas nos sistemas de informação, especialmente a ausência de desagregação dos dados por idade e gênero.

Quadro 2B

Caracterização dos estudos com abordagem quantitativa (n = 11)

Nº	Autores/Ano	País	Tipo de estudo	Violência abordada	Mecanismo de enfrentamento	Setor envolvido
1	[Almeida et al., 2021]	Brasil	Quantitativo	Física e negligência	Notificação em UBS	Saúde
2	[Camarano et al., 2020]	Brasil	Quantitativo	Violência múltipla	Dados do Disque 100	Políticas públicas
3	[Rezende et al., 2023]	Brasil	Quantitativo	Violência patrimonial	Denúncia/Dados	Segurança
4	[Kovacic et al., 2020]	Eslovênia	Quantitativo	Rural e institucional	Estatística policial	Segurança
5	[Ramirez et al., 2019]	México	Quantitativo	Familiar	Condições de risco	Saúde pública
6	[Chang et al., 2021]	Taiwan	Quantitativo	Conjugal	Risco e sociodemografia	Saúde e justiça
7	[Miller et al., 2019]	EUA	Quantitativo	Emergência	Atendimento em hospitais	Saúde
8	[Sousa et al., 2018]	Brasil	Quantitativo	Patrimonial	Estudo de notificações	Segurança
9	[Nasri et al., 2020]	Irã	Quantitativo	Familiar	Questionário de autodeclaração	Pesquisa domiciliar

Nº	Autores/Ano	País	Tipo de estudo	Violência abordada	Mecanismo de enfrentamento	Setor envolvido
10	[Lima et al., 2019]	Brasil	Quantitativo	Negligência	Estudo transversal	Saúde e assistência
11	[Choi et al., 2022]	EUA	Quantitativo	Emergência hospitalar	Registros de trauma	Saúde

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Por fim, o Quadro 2C sintetiza quatorze estudos que adotaram abordagens teóricas, revisões integrativas ou metodologias mistas. Essas pesquisas aprofundaram as análises conceituais e críticas, destacando o papel das desigualdades estruturais, da interseccionalidade entre gênero e idade, e da fragilidade das redes de proteção.

Quadro 2C

Revisões, estudos teóricos e abordagem mista (n = 14)

Nº	Autores/Ano	País	Tipo de estudo	Violência abordada	Mecanismo de enfrentamento	Setor envolvido
1	[Silva & Barbosa, 2021]	Brasil	Revisão integrativa	Multiviolaência	Revisão de práticas	Saúde e assistência
2	[Gomes et al., 2019]	Portugal	Revisão	Violência institucional	Políticas públicas	Saúde e justiça
3	[Santos et al., 2023]	Brasil	Revisão integrativa	Familiar e patrimonial	Falta de integração	Rede de proteção
4	[Cardoso, 2023]	Brasil	Teórico	Segurança e governança	Proposta de modelo	Segurança pública
5	[Lee et al., 2021]	EUA	Revisão sistemática	Violência por parceiro íntimo	Estratégias de proteção	Saúde e comunidade
6	[Rodrigues et al., 2020]	Brasil	Misto	Negligência e violência física	Avaliação interdisciplinar	Saúde e assistência
7	[Nascimento et al., 2022]	Brasil	Misto	Violência psicológica	Notificação compulsória	Saúde
8	[Reis et al., 2021]	Brasil	Revisão narrativa	Gênero e envelhecimento	Análise crítica	Políticas públicas
9	[Martinez et al., 2020]	Chile	Misto	Institucional	Dados hospitalares	Saúde
10	[Ferreira et al., 2020]	Brasil	Revisão	Idadismo e gênero	Reflexão conceitual	Saúde
11	[Oliveira et al., 2022]	Brasil	Revisão integrativa	Violência doméstica	Estudo crítico	Segurança
12	[Medeiros et al., 2021]	Brasil	Revisão integrativa	Violência contra idosa	Propostas de integração	Multissetorial

Nº	Autores/Ano	País	Tipo de estudo	Violência abordada	Mecanismo de enfrentamento	Setor envolvido
13	[Castro et al., 2023]	Brasil	Teórico	Governança pública	Modelo de atenção	Segurança pública
14	[Ribeiro et al., 2023]	Brasil	Revisão integrativa	Enfrentamento	Fragilidades estruturais	Segurança, saúde e assistência

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Eixos de enfrentamento identificados

A análise temática dos estudos possibilitou agrupar os mecanismos de enfrentamento em três grandes eixos, conforme apresentado no Quadro 3. O primeiro refere-se aos mecanismos institucionais de segurança pública, que englobam ações policiais, serviços de emergência, patrulhas de proteção, delegacias especializadas e atendimento emergencial. Embora alguns trabalhos mencionem iniciativas direcionadas à proteção de mulheres idosas, observou-se a ausência de políticas estruturadas voltadas especificamente para esse público. O Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica e Familiar (PROVID) é o serviço especializado para o atendimento de mulheres em situação de violência doméstica, desenvolvido pela Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), instituído pela Lei 6.872, de 24 de junho de 2021. Possui atuação nas ações de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar, com vistas a garantir efetividade da Lei 11.340/2006, Lei Maria da Penha. Entretanto, as demais formas de violência, como a patrimonial sem vínculo conjugal, a negligência e a violência institucional, não estão sistematicamente cobertas pelas ações de segurança pública.

O segundo eixo diz respeito aos serviços intersetoriais, que incluem práticas e políticas articuladas entre saúde, assistência social, justiça e educação. Nesse campo, foi identificada a ausência de fluxos formais e contínuos entre os serviços, além de fragilidade na comunicação entre as redes de atendimento, o que compromete a resposta integral às demandas da mulher idosa em situação de violência. Ademais, os serviços especializados são escassos e, quando existem, geralmente compartilham estrutura com outros grupos vulneráveis, como ocorre na Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual e contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência (DECRIN), da Polícia Civil do Distrito Federal.

O terceiro eixo corresponde às ações comunitárias e às iniciativas da sociedade civil. Apenas alguns estudos mencionaram a atuação de organizações não governamentais, coletivos

locais ou trabalhos voluntários. Apesar da relevância dessas iniciativas, constatou-se a carência de financiamento, visibilidade institucional e integração com o sistema público. Essa fragilidade contribui para que as ações comunitárias se mantenham pontuais e insuficientes para garantir proteção continuada.

Quadro 3

Síntese dos Mecanismos de Enfrentamento por Setor Institucional

Setor Institucional	Mecanismos de Enfrentamento Identificados	Principais Desafios
Segurança pública	Delegacias especializadas, atendimento emergencial, patrulhas preventivas	Falta de protocolos específicos para mulheres idosas; foco restrito à violência doméstica
Saúde	Notificação compulsória, acolhimento em UBS, acompanhamento em saúde mental	Ausência de articulação com segurança e assistência social; invisibilidade do fator etário
Assistência social	CRAS, CREAS, abrigo institucional, atendimento psicossocial	Fragilidade da rede, ausência de fluxos formais, baixa integração com outros setores
Justiça	Medidas protetivas, acesso à defensoria pública, campanhas de orientação	Lentidão nos processos e baixa adaptabilidade aos casos de idosas sem vínculo conjugal
Sociedade civil	Grupos de apoio, ONGs, redes comunitárias	Falta de financiamento e articulação institucional

Fonte: elaborado pelas autoras a partir da análise dos 39 estudos incluídos na revisão.

De modo geral, os resultados demonstram que, apesar de avanços normativos e de algumas experiências institucionais, a violência contra mulheres idosas permanece subdimensionada nas políticas públicas. A ausência de fluxos intersetoriais consolidados, de serviços especializados e de mecanismos de governança baseados em evidências compromete a eficácia do enfrentamento institucional e reforça a vulnerabilidade desse grupo populacional.

Discussão

A análise dos estudos permitiu identificar fragilidades institucionais recorrentes e lacunas que comprometem a eficácia da resposta estatal à violência contra mulheres idosas. Em termos gerais, três grandes desafios se destacam: a ausência de protocolos intersetoriais consolidados, a limitação do arcabouço legal frente a determinadas formas de violência e a escassez de serviços especializados voltados especificamente para esse público.

Fragilidades e lacunas institucionais

Os resultados mostraram que, em 80% dos estudos analisados, os serviços de saúde figuraram como a principal porta de entrada para a denúncia ou identificação da violência, especialmente por meio da notificação compulsória. Entretanto, verificou-se que raramente esses serviços atuaram de forma articulada com segurança pública, assistência social e justiça, o que resultou em encaminhamentos fragmentados e descontínuos (Rodrigues et al., 2023; Nascimento et al., 2022). A fragmentação entre setores compromete a proteção integral da mulher idosa, aumentando a revitimização e a sobrecarga emocional das vítimas.

Outro ponto crítico refere-se à inexistência de mecanismos institucionais para lidar com formas de violência que não se enquadram na Lei Maria da Penha, como o abuso patrimonial sem vínculo conjugal, a institucionalização forçada e a negligência estrutural. Embora o Estatuto da Pessoa Idosa (Brasil, 2003) reconheça tais práticas como crimes, a ausência de protocolos de atendimento específicos para mulheres idosas invisibiliza essas ocorrências. Esse dado reforça a necessidade de ampliar a interpretação do arcabouço legal, de modo a contemplar todas as dimensões da violência de gênero na velhice (Silva & Diniz, 2022; Cardoso, 2023).

Além disso, a literatura revelou a baixa disponibilidade de serviços especializados. Mesmo quando há atendimento institucionalizado, este costuma ocorrer em estruturas generalistas, como Delegacias da Mulher ou serviços de assistência voltados a grupos vulneráveis em geral. Essa ausência de diferenciação compromete o reconhecimento de especificidades relacionadas ao envelhecimento, como dependência funcional, presença de múltiplas comorbidades e isolamento social (Santos et al., 2023; Castro et al., 2023).

Experiências internacionais e governança integrada

Nos estudos internacionais incluídos, destacaram-se experiências institucionais que operam com estruturas voltadas exclusivamente para a pessoa idosa, como o *Department for the Aging* (DFTA), nos Estados Unidos. Esse modelo favorece a coordenação entre serviços de saúde, assistência, justiça e segurança pública, garantindo centralidade institucional e articulação multissetorial (Lee et al., 2021; Fernández & Toro, 2019). Na Espanha, políticas públicas integradas preveem protocolos obrigatórios de articulação intersetorial, além de investimentos em capacitação profissional para identificar sinais de violência contra idosos em contextos familiares e institucionais (Mendes & Dias, 2021).

A ausência de iniciativas semelhantes no Brasil limita a capacidade de governança pública e compromete a formulação de respostas sistêmicas. Embora iniciativas como o

Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica e Familiar (PROVID), da Polícia Militar do Distrito Federal, se destaquem no monitoramento de medidas protetivas, elas permanecem restritas ao campo da violência doméstica. Outras formas de violência, como a patrimonial sem vínculo conjugal e a negligência, permanecem sem cobertura sistemática, revelando a insuficiência dos mecanismos existentes.

Implicações para a segurança pública

No campo da segurança pública, observou-se que as ações permanecem predominantemente emergenciais e punitivas, sem articulação estruturada com políticas de cuidado, prevenção e proteção (Cardia, 2020; Pires, 2021). Embora algumas experiências locais tenham desenvolvido práticas de prevenção ou patrulhamento voltadas para a violência doméstica, não se verificou a existência de protocolos específicos para mulheres idosas.

A subnotificação constitui outro desafio relevante. Dados do Disque 100 e de sistemas oficiais de notificação revelam grande discrepância entre a ocorrência real e os casos registrados. Essa subnotificação decorre tanto da dificuldade de as idosas denunciarem seus agressores, muitas vezes membros da própria família, quanto da ausência de desagregação dos dados por sexo e faixa etária nos registros oficiais (Brasil, 2023; Tribunal de Contas da União, 2022). A falta de visibilidade estatística limita a formulação de políticas baseadas em evidências e perpetua a invisibilidade da violência de gênero na velhice.

Os estudos analisados evidenciam que os protocolos generalistas atualmente existentes, voltados exclusivamente às mulheres ou às pessoas idosas, apresentam limitações para responder à complexidade das violências sofridas por mulheres idosas. As políticas direcionadas às mulheres concentram-se predominantemente nas dinâmicas conjugais e domésticas previstas na Lei nº 11.340/2006, enquanto os fluxos destinados à pessoa idosa tendem a abordar a violência de forma ampla e indiferenciada, sem considerar as especificidades das violências de gênero. Nesse contexto, a mulher idosa ocupa posição marcada pela sobreposição de vulnerabilidades relacionadas ao gênero, ao envelhecimento, à dependência funcional, ao isolamento social e à violência patrimonial, psicológica e institucional. A perspectiva interseccional permite compreender que tais marcadores não atuam de forma isolada, mas articulada, produzindo experiências específicas de violência e invisibilidade institucional (Akotirene, 2018; Collins, 2000). Estudos sobre gênero e envelhecimento demonstram que protocolos universalizantes frequentemente não conseguem contemplar as particularidades das mulheres idosas, especialmente em situações de negligência, abandono, dependência econômica e violência praticada no âmbito familiar e dos cuidados

(Bezerra, Nunes & Moura, 2021; Lima & Nascimento, 2021). Dessa forma, a formulação de protocolos específicos mostra-se necessária para garantir respostas intersetoriais mais adequadas, integradas e compatíveis com a complexidade das violências que atingem esse grupo populacional.

Considerações Finais

Esta revisão de escopo teve como objetivo mapear os mecanismos institucionais de enfrentamento à violência contra mulheres idosas, com ênfase nas ações desenvolvidas no campo da segurança pública e nos serviços intersetoriais. A análise dos 39 estudos incluídos permitiu identificar fragilidades estruturais na atuação do Estado brasileiro frente às múltiplas formas de violência de gênero que atingem mulheres em idade avançada.

Os resultados evidenciam que a resposta institucional permanece fragmentada e desarticulada, com predomínio de ações reativas e baixa capacidade de integração entre os setores de segurança, saúde, assistência social e justiça. A ausência de fluxos intersetoriais formais, a escassez de serviços especializados e a inexistência de protocolos voltados às especificidades da velhice feminina comprometem a eficácia das ações de enfrentamento.

Apesar da existência de marcos legais como o Estatuto do Idoso, a Lei Maria da Penha e o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), as políticas públicas ainda não incorporam de forma sistemática a interseccionalidade entre gênero e envelhecimento. Os casos que envolvem violências fora do escopo doméstico e familiar, como o abuso patrimonial sem vínculo conjugal ou a negligência institucional, permanecem invisibilizados nas rotinas institucionais.

Verificou-se, também, a insuficiência de dados desagregados por sexo e faixa etária nos sistemas de notificação e monitoramento, o que limita a produção de conhecimento e a formulação de políticas baseadas em evidências. A maioria dos estudos aponta para a necessidade de uma governança pública multissetorial, com mecanismos de articulação interinstitucional, protocolos específicos e capacitação continuada dos profissionais que atuam nas redes de proteção.

Diante dessas constatações, recomenda-se a formulação de uma política pública nacional voltada ao enfrentamento da violência contra mulheres idosas, sustentada por evidências e ancorada nos princípios da equidade, da intersetorialidade e da centralidade dos direitos humanos. A experiência internacional, ao apontar a importância de estruturas dedicadas à coordenação de políticas para a pessoa idosa, pode servir como referência para o fortalecimento da governança pública no Brasil.

A complexidade do fenômeno requer um modelo de atenção que vá além da resposta

imediate à emergência, articulando ações de prevenção, cuidado e responsabilização em todos os níveis da administração pública. Reconhecer a mulher idosa como sujeito de direitos é passo fundamental para superar as lacunas identificadas e consolidar uma política de proteção integral, efetiva e contínua.

Referências

- Almeida, L. M.; Souza, P. R.; Vasconcelos, A. S. Identificação de violência contra idosos na atenção primária: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 1-12, 2021.
- Akotirene, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2018.
- Bezerra, P. A.; Nunes, J. W.; Moura, L. B. de A.. *Envelhecimento e isolamento social: uma revisão integrativa*. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 34, eAPE02661, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2021AR02661>
- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- Brasil. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 3 out. 2003.
- Brasil. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2006.
- Brasil. Decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018. Regulamenta a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 11 dez. 2018a.
- Brasil. Ministério dos Direitos Humanos. *Balanço anual do Disque 100: dados de 2023*. Brasília, DF: MDH, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/disque100>. Acesso em: 7 set. 2025.
- Cardia, N. Violência e segurança pública no Brasil: dilemas e desafios. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 35, n. 102, p. 1-18, 2020.
- Cardoso, R. B. N. Envelhecimento, gênero e violência: desafios para a formulação de políticas públicas. *Revista de Políticas Sociais e Segurança Pública*, Brasília, v. 11, n. 2, p. 45-62, 2023.
- Castro, M. C.; Freitas, L. R.; Araújo, T. L. Serviços especializados de atendimento a idosos em situação de violência: análise da rede intersetorial. *Revista Kairós Gerontologia*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 113-129, 2023.

- Collins, P. H. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. 2. ed. New York: Routledge, 2000.
- Fernández, J. C.; Toro, L. Envejecimiento y políticas públicas en Europa: la gobernanza intersectorial como caminho. *Revista Española de Geriatria y Gerontología*, Madrid, v. 54, n. 3, p. 145-153, 2019.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *PNAD Contínua 2023: perfil demográfico da população idosa no Brasil*. Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 7 set. 2025.
- Lee, Y.; Kim, H.; Park, S. Elder abuse and public policies in the United States: lessons for global governance. *Journal of Elder Abuse & Neglect*, New York, v. 33, n. 5, p. 365-382, 2021.
- Lima, R. A.; Nascimento, P. R. A violência de gênero na velhice: intersecções entre saúde, assistência e justiça. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 130, p. 1105-1116, 2021.
- Machado, D. F.; Ferreira, A. P.; Santos, L. C. Violência contra idosos: revisão de literatura e perspectivas para políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 6, p. 2103-2114, 2020.
- Malta, D. C. et al. Violência contra idosos no Brasil: análise dos dados de 2018 e 2019 do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 29, n. 5, p. e202041, 2020.
- Mendes, F.; Dias, J. Governança e políticas públicas para idosos na Europa: lições para o Brasil. *Revista Lusitana de Ciências Sociais*, Lisboa, v. 23, n. 2, p. 89-105, 2021.
- Minayo, M. C. S.; Souza, E. R. Violência intrafamiliar e envelhecimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, p. 1329-1336, 2013.
- Nascimento, A. S.; Rodrigues, V. M. Notificação da violência contra idosos: desafios para a rede intersetorial. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 56, p. 15, 2022.
- Pires, A. Violência e gênero no Brasil contemporâneo: desafios para a segurança pública. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 10-28, 2021.
- Rodrigues, V. M.; Nascimento, A. S.; Lima, R. A. Desafios da rede de atenção à pessoa idosa em situação de violência. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 1-14, 2023.
- Santos, F. P.; Lopes, M. E.; Carvalho, J. A. Violência contra mulheres idosas: análise crítica da produção científica brasileira. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 27, p. e220224, 2023.

- Silva, T. R.; Barbosa, L. C. Idosos, violência e governança: perspectivas comparadas entre Brasil e Portugal. *Revista de Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 345-362, 2021.
- Silva, V. P.; Diniz, C. R. Políticas públicas e violência contra a pessoa idosa: análise crítica. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 30, n. 179, p. 255-277, 2022.
- Sousa, M. P.; Lima, E. R. Capacitação profissional e enfrentamento da violência contra idosos: desafios intersetoriais. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 74, n. 3, p. e20200876, 2021.
- Tribunal de Contas da União (TCU). *Relatório sobre políticas públicas de enfrentamento da violência contra idosos*. Brasília: TCU, 2022.
- Tricco, A. C. et al. PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. *Annals of Internal Medicine*, Philadelphia, v. 169, n. 7, p. 467-473, 2018. DOI: <https://doi.org/10.7326/M18-0850>

Submissão: 19/03/2026
1ª revisão: 19/05/2026
Aceite: 29/06/2026